

Itamarati convoca maiores credores

BRASÍLIA — O Grupo dos Sete (G-7), que reúne os países mais desenvolvidos do mundo, não está disposto a rever o embargo a um empréstimo de US\$ 350 milhões que o Brasil havia acertado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e manterá sua pressão política para que o país feche logo o acordo com os bancos credores privados em torno dos juros vencidos da dívida externa, que já ultrapassam a casa de US\$ 8 bilhões. O Itamarati demonstrou ontem sua apreensão ao convocar os embaixadores dos Estados Unidos, Canadá, Japão e França. Estes limitaram-se a dizer que vão fazer novas consultas aos seus governos, mas não deram qualquer esperança de recuo.

Por indicação do governo dos Estados Unidos, o G-7, que detém 60% das cotas do BID, conseguiu, na última quinta-feira, o adiamento do empréstimo, acertado desde o início do governo Collor, para investimentos em obras de infra-estrutura nos esta-

dos mais atingidos pelo desemprego. O Itamarati considerou a decisão "ilegítima e inaceitável" porque, segundo o ministro interino das Relações Exteriores, Marcos Azambuja, o estatuto do banco não permite que sua atuação seja vinculada à questão da dívida externa dos países-membros junto a credores privados.

Impasse — Ontem, Azambuja convocou os representantes diplomáticos dos cinco países que assinaram a retaliação ao Brasil, para entregar uma nota de protesto em nome do governo brasileiro e solicitar a imediata revogação da decisão, "em benefício de nossas continuadas boas relações financeiras com o BID e com os Estados-membros que o integram". O primeiro a chegar foi Richard Melton, embaixador dos Estados Unidos, recebido às 16h. Em intervalos de meia hora, foram recebidos, a seguir, os embaixadores do Canadá, William Clarke; da França, Jean Bernard Ouvrieu, e do Japão, Haronei Kaya. Hoje, ou no

máximo amanhã, será a vez do representante do Reino Unido, Michel John Newington.

Com aparente intenção de evitar polêmica, os representantes diplomáticos entraram no Itamarati pelo acesso privativo. À saída se desviaram da imprensa. Antes da audiência, o embaixador francês chegou a confirmar a má vontade da comunidade econômica internacional em relação ao Brasil por causa do impasse nas negociações da dívida externa com os credores privados. Ele não quis fazer uma vinculação direta entre o veto ao empréstimo do BID e a inadimplência brasileira, iniciada em julho de 89, mas se traiu ao declarar que tudo seria mais fácil se o Brasil chegasse a um acordo.

"Melhor para quem?" — quis saber uma repórter.

"Para o Brasil" — respondeu.

A seguir, citou como exemplo o México, que, depois de fechar acordo com os credores já recebeu um aporte de recursos novos da ordem

de US\$ 9 bilhões, enquanto o Brasil, nesse período de inadimplência, não recebeu mais que US\$ 500 milhões e com muita dificuldade. A seu ver a dívida externa está situada em um contexto global e caberá ao Brasil escolher o que é melhor para o país. Disse também que o estatuto do BID permite que "em situações excepcionais, de ordem conjuntural", haja veto de empréstimo a países-membros.

Na opinião do governo brasileiro, o BID é uma instituição multilateral, integrada por governos, os mesmos que se recusam a colaborar com uma solução política para a questão da dívida com os credores privados. O ministro Azambuja enfatizou que o Brasil tem honrado todos os compromissos com as instituições multilaterais e, só nos últimos quatro anos, transferiu para o BID um montante líquido de US\$ 700 milhões (ou seja, remessa de pagamentos, menos recursos novos ingressados no país).